

# Disputa de projeto: a reforma urbana e os movimentos sociais / *Dispute of project: urban reform and social movements*

---

ALINE CAVALCANTI DE ABREU<sup>1</sup>

**Resumo:** Orientado pelo método marxista, este ensaio utiliza a metodologia de pesquisa bibliográfica. O objetivo desta reflexão é identificar as condições e as estratégias de enfrentamento dos movimentos sociais urbanos à produção do espaço pelo capital a partir do Governo Lula. O monopólio privado da terra pela classe dominante fragmenta e segrega o espaço urbano, convertendo-se em condições precárias de vida para a classe trabalhadora. As iniciativas no campo da institucionalização das demandas sociais, do transformismo de grupos sociais e a priorização da “casa própria” confrontam-se na prática política das organizações dos trabalhadores. A perspectiva de retomada da pauta da reforma urbana sob controle dos trabalhadores está no horizonte da análise deste ensaio.

**Palavras-chave:** transformismo; movimentos sociais urbanos; reforma urbana.

**Abstract:** Guided by the Marxist method, this essay uses the bibliographical research methodology. The objective of this reflection is to identify the conditions and coping strategies of urban social movements to the production of space by the capital from Lula's Government. The private monopoly of land by the dominant class fragments and segregates the urban space, transforming it in precarious living conditions for the working class. Initiatives in the field of institutionalization of social demands, the transformism of social groups and prioritization of “home ownership” are confronted in the political practice of workers’

---

1 Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Faculdade de Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/FSS/UERJ). Doutoranda em Serviço Social no PPGSS/FSS/UERJ

organization. The perspective of urban reform plan retaking under workers' control is on the horizon of the analysis of this essay.

**Keywords:** transformism; urban social movements; urban reform.

**E**m tempos de crise, a afirmação dos direitos sociais é travada numa disputa desigual e hegemônica pelos interesses do capital. A articulação entre a produção do espaço urbano e a luta de classe envolvem dimensões que necessitam ser problematizadas em suas determinações históricas e sociais. Ou seja, parece necessário analisar o papel das lutas urbanas e as formas organizativas da classe trabalhadora para lidar com o quadro de apropriação e expropriação do urbano pelos “mercadores do espaço”. (LEFEBVRE, 2008).

Partiremos da identificação de quais são as estratégias prioritárias dos movimentos sociais urbanos para a produção e o consumo do espaço e em que ponto essas estratégias colaboram para enfrentar o domínio capitalista sobre as cidades. A intenção é identificar os limites impostos às lutas sociais e buscar os caminhos para a construção de uma agenda de reforma urbana alinhada aos interesses dos trabalhadores. Para a análise, dividiremos o texto em três tópicos: o primeiro versa sobre a opção política dos movimentos sociais urbanos, particularmente aqueles de cunho nacional, pela primazia da institucionalização das demandas sociais em relação às demais formas organizativas, tal como a ação direta de questionamento à propriedade privada do solo urbano; segundo, a condição política da habitação social e a influência da inflexão conservadora (IASI, 2012) da Estratégia Democrática Popular sobre os movimentos sociais urbanos que a deu origem; e, por fim, a primazia da questão habitacional sobre as práticas das organizações, num caminho de “conquista da casa própria”.

## **1 A reorganização dos trabalhadores e a primazia da institucionalidade**

Os anos que seguem a derrocada do regime militar foram fortemente tensionados pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira. No horizonte de resistência dos trabalhadores organizados nas cidades estava o confronto à centralização política, financeira e

institucional do Estado e a exigência da gestão democrática nas cidades. Nesse contexto, a organização em torno do Movimento de Reforma Urbana conduziu a uma série de demandas jurídico-legais que conseguiram aprovação, sendo algumas delas o Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988 e a implantação das Constituições estaduais e municipais e Planos Diretores. Já nos anos 2000, a tônica das demandas jurídico-legais foi a promulgação do Estatuto das Cidades (2001), a Criação do Ministério das Cidades, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), a reivindicação de recursos para habitação e saneamento no Programa de Aceleração do Crescimento e a modalidade entidade no Programa Minha Casa Minha Vida.

O Movimento de Reforma Urbana já vinha, desde meados da década de 1970, elaborando propostas sobre o desenvolvimento urbano com vista ao combate à especulação imobiliária e à melhoria das condições de vida nas cidades. As propostas envolviam a responsabilidade do Estado na garantia de direitos urbanos, a função social da propriedade da terra, o direito a cidade por meio de adoção de políticas redistributivas e a gestão democrática. À medida que avançavam as iniciativas legais, se ampliavam as reivindicações por regulamentação das demandas, tornando-se “estratégia de ação a luta no campo institucional”.

A ênfase no campo institucional tem forte influência de uma corrente política – Estratégia Democrática Popular – que surgiu no processo de redemocratização brasileira entre as décadas de 1970/80. Essa estratégia compreendia que a transformação social se daria pela aliança, de cunho “popular”, dos trabalhadores do campo e da cidade, num processo longo de acúmulo de forças com vista à chegada e ao controle do Estado, iniciando a construção de uma sociedade socialista. É sob a forma de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), que os fundamentos da Estratégia Democrática Popular se consolidaram expressando a dupla via, uma junto às organizações dos trabalhadores como organizações populares e sindicais, e outra atrelada ao campo institucional em “organizações da sociedade civil, espaços institucionais conquistados, por via eleitoral, nas administrações e parlamento” (IASI, 2012, p. 310). As organizações populares deram origem a este projeto, se retroalimentando de seus fundamentos políticos e históricos. Contudo, os projetos da classe trabalhadora também estão

em disputa pela classe dominante, tendo a EDP sofrido transformismo a uma “inflexão moderada”.

Partindo da concepção de ampliação do Estado, Coutinho (1989) expõe que, para Gramsci, a função do Estado é preservar e reproduzir a divisão da sociedade em classes por ter ele o monopólio legal da repressão. Contudo, a participação política dos trabalhadores exigiu do Estado a adoção de legislações e funções relativamente autônomas. A sociedade civil e a sociedade política, nos termos de Gramsci, conformam a hegemonia revertida de coerção, conservando e promovendo uma determinada base econômica (COUTINHO, 1989, p. 77). Então, para garantir a hegemonia na sociedade civil, é preciso que os trabalhadores busquem aliados para suas posições mediante sua direção política e de consenso e que a ideologia das classes subalternas garanta a direção nos aparelhos privados de hegemonia mesmo antes de conquistar o poder do Estado.

A gestão democrática das cidades é engendrada, por meio de instrumentos como os conselhos das cidades e similares. Devemos assinalar que a constituição de conselhos de direitos foi instrumento inovador na gestão de políticas sociais na perspectiva de garantir para as organizações dos trabalhadores e outros segmentos da sociedade maior participação, planejamento e fiscalização dos serviços do Estado. Segundo Nascimento, Santos Jr. e Ferreira (2009) existem alguns desafios na relação entre a participação e a política de desenvolvimento urbano, que são a falta de indução do governo federal para a criação dos conselhos nos estados e municípios; fragmentação das políticas urbanas em aparatos próprios e ausência de regras sobre as competências do Conselho das cidades.

Corroboramos com a análise de Bravo (2001), que considera os conselhos como espaços de disputa de interesse e de construção da democracia participativa com vista à democracia de massas. A autora identifica distorções na relação Estado-sociedade que devem ser superadas, como a “concepção de democracia restrita ao aparelho do Estado, concepção de conselho como espaço de consenso e controle de conflito, populismo e cooptação dos conselhos pela burocracia do Estado, fragmentação da questão social (...), apropriação dos Conselhos pelo gestor e perda de diálogo com a sociedade”. (BRAVO, 2001, p. 60).

Analisando a participação dos movimentos sociais urbanos, Maricato (2011) destacou a “forte atração” dessas organizações pelos espaços institucionais e pela institucionalização das demandas sociais. É notório que o conjunto de regulamentações jurídico-legais encampadas pelas organizações populares representou avanços na conquista de legislações sociais e urbanísticas para a classe trabalhadora nas cidades, mas existem outras dimensões das relações sociais na cidade, “não (sendo) por falta de leis que a maioria da população brasileira foi excluída da propriedade da terra, no campo ou na cidade, no Brasil” (MARICATO, 2011, p. 93). Considero que a busca da gestão democrática das cidades traduzida por instrumentos como conselhos e regulamentação das demandas provocou um “ciclo vicioso pela legalidade”, isto é, a criação de uma legislação pautada em reivindicações populares exige regulamentação dos instrumentos para sua efetivação, além de outras legislações, o que afasta essas organizações de lutas que buscam a emancipação humana.

Outra dimensão dessa questão é que a luta de classe nas cidades expressa a política que domina as relações sociais no espaço, onde o conflito urbano entre capitalista, proprietário fundiário, Estado e usuários depende da correlação de forças de cada um desses sujeitos na arena política (LEFEBVRE, 2008). Dessa forma, o espaço é político, estratégico e ideológico por ser um produto social. No plano institucional, dominado pela burguesia, explode a contradição do espaço num duplo poder: pela propriedade privada do solo e pela ação do Estado, que não estando isento de contradição, expõe os conflitos entre “planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço”. (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

Acredito que devemos reavaliar e compreender os limites da ênfase nas estratégias de controle democrático sobre o Estado, pois este conforma o bloco histórico com o capital, cuja aliança conserva a formação econômico-social existente (COUTINHO, 1989). A efetivação das funções do Estado age no limite para não prejudicar a acumulação capitalista. Assim, a estratégia de ocupar este espaço político, deve ser analisada crítica e historicamente pelas organizações populares no sentido de evitar deslocar seus esforços para uma batalha onde o limite é gerir ações paliativas e manter a ordem vigente.

## 2 **Condição da moradia popular e a influência da inflexão conservadora da estratégia democrático popular sobre os movimentos sociais urbanos**

Sob a ótica da acumulação flexível, as cidades passam a competir entre si com vista a atrair capital e investimentos, tendo os governos papel decisivo na minimização dos riscos ao capital e no estímulo a parcerias público-privadas, configurando-se o que Harvey (2005) chamou de empreendedorismo urbano. Vivenciamos recentemente diversos projetos que adotam tal diretriz, como os projetos de revitalização de áreas centrais e portuárias, implementação de grandes empreendimentos produtivos via parceria público-privada e concessões – Comperj<sup>2</sup> (RJ), Belo Monte<sup>3</sup> (PA) – e os megaeventos esportivos – Copa 2014 e Olimpíada 2016. Tais empreendimentos representam uma verdadeira sangria de recursos públicos para atender os interesses de acumulação do capital e o seu descompasso em garantir as necessidades básicas dos trabalhadores.

Para enfrentar as investidas do capital sobre a produção do espaço, se fazia necessária a construção de um bloco histórico revolucionário, que tivesse a capacidade de elaborar a síntese da “vontade coletiva nacional-popular” (COUTINHO, 1989, p. 105) em função das classes subalternas. Contudo, a conjuntura internacional da esquerda (queda das experiências socialistas no Leste Europeu) e o declínio na organização dos trabalhadores, além da reconfiguração do capital no Brasil, se desenvolveram em meio à reestruturação produtiva, a liberalização comercial e as contrarreformas do Estado.

Com o acirramento das lutas de classe e a correlação de força a favor do capital, as reformas democráticas e populares não encontraram campo fértil para a criação de uma consciência coletiva de classe,

---

2 O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) está sendo construído no município de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, concebido como polo de abastecimento de petróleo. Está entre as obras de maior relevância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3 A Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída no rio Xingu no Estado do Pará. Objeto de parceria público-privada, fundo de pensão e investimentos de empresas autoprodutoras movimentará R\$ 63 bilhões. Bem como o Comperj, Belo Monte está entre as obras de maior relevância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

fazendo com que a Estratégia Democrática Popular voltasse seu projeto para “um horizonte apenas democrático” (IASI, 2012, p. 311). O seu transformismo fez com que o que era unitário em seu programa (a hegemonia da classe trabalhadora e a estratégia de acúmulo de forças pela via institucional) entrasse em confronto. Isto é, para avançar nas conquistas eleitorais era necessário ampliar as alianças para garantir a governabilidade, o que implicava uma “moderação programática”. (IASI, 2012, p. 312).

A experiência vinda da Revolução passiva é reatualizada na história da sociedade brasileira. Por base no transformismo de organizações das classes subalternas atreladas ao campo moderado e no fortalecimento do Estado avesso à participação das classes subalternas diante do desenvolvimento capitalista (COUTINHO, 1989, p. 127). A burguesia necessitava de um consenso da classe trabalhadora para realizar sua investida no desmonte do Estado e das políticas sociais, além da interação do país com o mercado financeiro e de fluxo de capitais. O Partido dos Trabalhadores, à frente de um governo de coalisão de classes, possibilitou o disciplinamento dos trabalhadores por meio de ações sociais “visando a amenizar a pobreza absoluta (...) e oferecer condições para o crescimento econômico”. (IASI, 2012, p. 316).

Na produção do espaço, foi a partir do Governo Lula que ocorreu o amadurecimento do processo de centralização e concentração de capitais do mercado imobiliário brasileiro, marcado por sua reestruturação (CARDOSO; ARAGÃO, 2011). A reestruturação do mercado imobiliário mobilizou medidas que afirmavam a entrada do setor no mercado financeiro, possibilitando captação de capitais e a diversificação construtiva e de segmento, além das ações do Estado na promoção do setor por meio de vantagens tributárias, segurança jurídico-legal e diversificação de financiamento público.

Nesse contexto, o atual desenho da provisão de habitação social no país passa a privilegiar o produtor privado em detrimento da moradia como direito social. Outras expressões foram a periferação dos empreendimentos, a escassez de infraestrutura, a disputa desigual pelo solo construído, a valorização imobiliária, a consolidação do financiamento da moradia com vista à propriedade privada e a desresponsabilização do Estado na promoção de habitação social, dado o pífio investimento. Dessa forma, a produção do espaço fica destinada

à acumulação e aos interesses do capital, acirrando, ainda mais, as contradições na cidade.

Na disputa pela produção do espaço, os trabalhadores organizados conseguiram instituir, em 2006, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e em seu bojo o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O SNHIS era constituído por um conjunto de princípios, tais como a intersetorialidade no âmbito do desenvolvimento urbano, ambiental e social; a defesa do direito à moradia digna e da função social da propriedade da terra e a instituição do controle democrático sobre a política urbana, além de um Fundo que possibilitasse a centralização e gerenciamento dos recursos. Contudo, o SNHIS enfrenta dificuldades para sua concretização como o paralelismo e a fragmentação das ações, a não aplicação de orientações expressas nos planos e nas decisões dos conselhos de direito, baixa alocação de recursos no FNHIS e a orientação para atendimento dos interesses do mercado imobiliário que elegeu a habitação social como nicho de mercado, reforçando a sua privatização.

Durante o processo, ainda recente, de institucionalização do SNHIS o país sofre com os reflexos da crise do capital. As medidas anticíclicas tomadas pelo Estado fizeram com que o crescimento econômico e o incentivo à infraestrutura física e social fossem prioridades do governo de “coalizão” petista. A função do Estado diante a crise é garantir as condições gerais de produção, reprimir as possíveis ameaças ao sistema e promover a legitimação junto aos trabalhadores. As medidas anticíclicas são respostas do Estado à crise do capital e ação de produção do espaço determinada pelas relações sociais capitalistas. O Estado ao definir medida anticíclica sobre o urbano, como “agente facilitador dos fluxos de capital para a produção do ambiente construído” (COSTA, 2003), expressa também sua dimensão política, seu caráter de classe, pondo em movimento suas funções na criação das condições gerais de produção capitalista.

Sob os argumentos de resposta às demandas sociais e ao enfrentamento a expressão da questão social urbana, como o déficit habitacional, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida, que passa a fortalecer o setor da construção civil, a mercantilizar o direito à moradia e a desenvolver ações paralelas ao SNHIS. Considero o Programa Minha Casa Minha Vida como uma das expressões do projeto político do

“novo desenvolvimentismo”. Ao atrelar a satisfação de necessidades sociais por meio de medidas de crescimento econômico, o Estado atende os interesses do mercado imobiliário, causa o apassivamento dos movimentos sociais urbanos e desqualifica o SNHIS como mecanismo de acesso à moradia, apresentando o PMCMV-Entidade como opção de financiamento para as organizações populares.

A origem de classe do Estado se manifesta em suas funções de repressão e de legitimação na perspectiva de manutenção da ordem social vigente. As ações de repressão envolvem a desmobilização, a despolitização e a repressão dos sujeitos políticos envolvidos na crítica do modo de produção e reprodução capitalista. Já as medidas de legitimação encampadas pelas classes dominantes e instrumentalizadas pelo Estado sobre os movimentos sociais urbanos desenvolve a transformação de espaços de gestão democrática, como conselhos e conferências, em meros consultores das decisões governamentais ou de barganha de demandas; a criação de legislações de baixa intervenção prática; a publicação de editais de projetos de trabalho e renda que traz para o campo da filantropia as organizações populares; e a criação de programas habitacionais em que os movimentos sociais tornam-se gestores do empreendimento, mas com baixo amparo administrativo-institucional. Essa relação de consentimento de classe tem reflexo, também, na organização interna dos movimentos sociais influenciada pela hierarquização e o centralismo das decisões, pelo papel secundário da formação política, pela restrita formação de novos quadros e de renovação de direções. Esses aspectos reforçam a despolitização dos trabalhadores e retardam a busca de novas estratégias de questionamento ao modo de produção capitalista.

Consideramos que o transformismo que se processou no Partido dos Trabalhadores se espalhou também sobre as organizações dos trabalhadores que lhe deram origem (como sindicatos e movimentos sociais), mas esse processo só foi possível porque houve alteração no projeto político que articulava essas organizações, que foi a Estratégia Democrática Popular. Assim, se na análise de Iasi (2012) o transformismo possui foco no PT e nos sindicatos sob sua influência, a indicação preliminar do autor é que o transformismo se estendeu ao seio dos movimentos sociais urbanos atrelados a Estratégia Democrática Popular.

Diante disto, os movimentos sociais urbanos se encontram diante do dilema de romper com as amarras do transformismo da Estratégia Democrática Popular e criar formas hegemônicas e revolucionárias de produção do espaço nas cidades, sob o risco de permanecerem envolvidos num apassivamento de classe a favor do capital e como “gestores da pobreza” dos projetos escassos e focalizados de produção de habitação social.

### **3 Entre a “conquista da casa própria” e a ruptura com a propriedade privada da terra**

Nesta seção, trataremos de como a luta pela “casa própria”, segura, adequada e infraestruturada, carrega a contradição de atendimento à necessidade de moradia pelos trabalhadores, organizados ou não, mas também pode representar limites ao projeto de ruptura da sociedade capitalista, ao produzir pequenos proprietários descolados da demanda universal pela socialização da terra. Significa dizer que, tornar os trabalhadores pequenos proprietários fundiários satisfaz sua necessidade social imediata, ao passo que os inserem como proprietários de mais uma mercadoria posta à disposição do mercado, perdendo de vista a ruptura com a propriedade privada da terra.

O envolvimento dos movimentos sociais urbanos na gestão de projetos de habitação popular exige a análise sob uma dupla dimensão: a da forma organizativa e a da concepção sobre a função social da propriedade da terra. Sob a forma organizativa, as iniciativas estão condicionadas à reestruturação produtiva do trabalho que exige maior quantidade de força de trabalho disponível ao capital e ao disciplinamento e controle do trabalho, por meio de estratégias de coerção e consenso. Aos movimentos sociais, particularmente os mais combativos, colocam-se as “modalidades de subalternização, de apassivamento e de redução ao silêncio respeitoso através de um processo peculiar de conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular” (FONTES, 2008, p. 32). Tal reflexão encontra sustentação na análise dos diversos editais, com foco na responsabilidade social, lançados por órgão governamentais, entidades internacionais e pelo empresariado. Tais iniciativas enfrentam a questão social sob a lógica da autoproteção dos grupos. Fontes (2008) assinala que uma parcela da

milîtância dos movimentos sociais est sendo deslocada para o envolvimento nesses projetos sociais, transformando-se em empregados.

H uma tendncia de que o financiamento de demandas dos movimentos sociais os subordina ao projeto hegemnico do capital, por meio do apassivamento ou da burocratizaao, que os condicionam ao cumprimento de exigncias e critrios dos projetos, promovendo o afastamento das aoes reivindicatrias, de resistncia e de suas pautas anticapitalistas. A busca de recursos para os projetos faz com que os movimentos populares entrem numa disputa e competiao contnua, tornando-se alvo de iniciativas corporativas e localizadas, sob o argumento da sustentabilidade das aoes dos movimentos.

Quanto  concepao sobre a funao social da propriedade da terra, vale considerar a fragmentaao das polticas urbanas como de saneamento, de mobilidade urbana, de regularizaao fundiria e de habitaao. Partimos da hiptese de que h uma priorizaao da habitaao como demanda latente dos movimentos sociais, por ela conformar a denominaao e os eixos programticos desses movimentos. Mas principalmente, h priorizaao da habitaao pela prpria disputa com o capital na produao do espao, que, muitas vezes, acaba por viabilizar e legitimar a apropriaao privada da moradia.

Os fundamentos gerais dos movimentos sociais de moradia partem da defesa do direito  moradia e da garantia da funao social da propriedade. Entretanto, a realidade deve ser analisada no apenas como ela se mostra, mas elaborando mediaoes a ela. Devido  relaao entre o Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Entidade e os movimentos sociais de moradia  indiferente se a produao de habitaao social  realizada pelo mercado ou por movimento de moradia, pois a constituiao da propriedade privada pelo beneficirio do empreendimento se d devido o privilegiamento do produtor privado e da mercantilizaao do acesso a moradia. Engels (1988) nos faz lembrar que na sociedade capitalista a crise da habitaao no  um acaso, mas uma instituiao.

Segundo Mandel (1984, p. 110), as conquistas parciais das demandas objetivas dos trabalhadores no mbito da ordem capitalista colaboram “para o reforo da conscincia em si e da vontade de luta do proletariado”, mas no os mobilizam suficientemente para as lutas

revolucionárias. Isso porque são demandas que envolvem a satisfação imediata das necessidades. Mandel (1984, p. 111) acredita que “a consciência de classe revolucionária só pode desenvolver-se quando as massas acumulam experiências de luta, que não se limitam a reivindicações parciais, realizáveis no quadro do sistema capitalista”. Daí a importância de sujeitos políticos organizados que reflitam, propagem e atuem nas necessidades sociais dos trabalhadores, tornando-os sujeitos de sua própria história mediada pela consciência de classe.

A defesa do direito à moradia, por vezes, é reduzida ao acesso ao bem, seja pela provisão habitacional ou pela regularização fundiária e a disponibilização de equipamentos. Remetendo às reflexões de Lefebvre (2008), a função social da propriedade é garantir o melhor uso do solo ou sua restrição de acesso ao capital, mas também buscar a gestão coletiva do espaço pela supressão da propriedade privada do solo, onde “a socialização, ou seja, que o povo (classe trabalhadora) como um todo, transgredindo as relações de propriedade, ocupe o espaço social e dele se aproprie”. (LEFEBVRE, 2008).

### **Considerações finais**

Consideramos que cabe aos movimentos sociais de moradia (e também à esquerda como diz Lefebvre, 2008) compreender que a diversidade de experiências dos sujeitos nas cidades é construir projetos de enfrentamento à fragmentação e à homogeneização do espaço pelo capital. Retomar a defesa da reforma urbana é buscar utopias revolucionárias, ao passo que nas contradições da sociedade capitalista está o germe de uma reforma urbana no sentido amplo, cabe à classe trabalhadora ousar comandar, agir, subverter, partindo das condições existentes.

Harvey (2006) destaca que a produção coletiva das cidades envolve ao mesmo tempo a produção coletiva de nós mesmos como sujeitos que pensam e agem nesta sociedade. Em *Espaços de Esperança*, Harvey (2006, p. 227) cita que as utopias sobre a forma espacial e de processo social são realizadas por meio da ação do Estado ou da acumulação do capital, gerando formas utópicas degeneradas e comercializáveis. A alternativa é a formação de um utopismo dialético que una espaço e tempo (HARVEY, 2006, p. 239). Para isso, o autor destaca

que a semente para construção da revolução encontra-se no presente, devendo então, nos debruçar sobre as contradições internas do capital para cultivar uma alternativa.

A produção do espaço na sociedade capitalista é marcada pela apropriação privada da terra e dos meios de produção, submetendo a classe trabalhadora a condições precárias de subsistência. Dessa forma, retomar a agenda da reforma urbana é necessário, não como instrumento de adaptação à “política do possível”, mas como utopia dialética de identificar as contradições do sistema e enfrentar o bloqueio da cidade aos trabalhadores. A vida urbana é rica em experiências diversas, e a habitação social é uma das expressões da questão urbana, importante, mas não a única. Se realmente pretendemos aglutinar forças para enfrentar a barbárie imposta pelo capitalismo à classe trabalhadora, devemos resgatar o caráter da luta de classe. A tarefa dos movimentos sociais urbanos é organizar a classe trabalhadora na perspectiva do questionamento à propriedade privada do solo, da exploração do trabalho e construir alternativa rumo ao socialismo. Essas são as tarefas da agenda da reforma urbana que devem ser retomadas.

**Submetido em 29 de março de 2015 e aceito para  
publicação em 25 de junho de 2015.**

## Referências

- BRAVO, Maria Inês Souza. Gestão Democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 43-66.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- FORTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classe. **Em pauta**, n. 21, 2008, p. 23-36.

HARVEY, David. **Espaço de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilasio et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3. imp. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MANDEL, Ernest. **A teoria leninista da organização**. São Paulo: Aparte, 1984.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Carla; SANTOS JR., Orlando Alves dos; FERREIRA, Regina Fátima C. F. O Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e os Conselhos Estaduais das Cidades: avanços e limites na descentralização dos canais de participação. In: SANTOS, Mauro R. M.; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; OLIVEIRA, Aercio Barbosa (Orgs.). **Cadernos de subsídio para a elaboração dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.